

Cartilha em favor do tombamento

Breno Fortes/CB/7.3.05

SAMANTA SALLUM

DA EQUIPE DO CORREIO

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) fechou parceria com a Unesco para desenvolver uma campanha de educação patrimonial em Brasília. O objetivo é divulgar e popularizar a importância da preservação da área tombada da capital. A primeira frente de ação é direcionada ao Judiciário e ao Legislativo locais. Segundo o Iphan, há desconhecimento das autoridades sobre a legislação que protege o conjunto urbanístico da cidade. E isso resultou em centenas de decisões nocivas à preservação.

A campanha começará em julho com o envio de um documento aos deputados distritais, parlamentares do Congresso, juízes, desembargadores e representantes do Governo do Distrito Federal (GDF). O material conterá um guia explicativo sobre todas as leis que amparam o tombamento. "Esta campanha faz parte do nosso plano de ação para 2005. Queremos mostrar que tombamento não é frescura de arquiteto, não é uma coisa elitista. Esperamos, assim, ter o Legislativo e o Judiciário como parceiros nessa luta", destaca a superintendente-substituta do Iphan-DF, Vera Lúcia Ramos.

De acordo com o Iphan, a Câmara aprovou muitas leis "nocivas" ao tombamento, e o Judiciário concede algumas liminares que acabam permitindo situações que ferem a preservação. O promotor de Defesa da Ordem Urbanística Paulo José Leite concorda e apóia a campanha. "Constantemente temos de ajuizar ações de inconstitucionalidade de leis aprovadas pelos deputados distritais. É importante conscientizar o Legislativo. E também o Judiciário que, às vezes, concede decisões que colocam o tombamento em último plano, dando mais importância às atividades comerciais", ressalta o promotor. O Ministério Público acaba de recorrer de sentença da 6ª Vara da Fazenda Públi-



OS PUXADINHOS EM ÁREAS COMERCIAIS DO PLANO PILOTO SÃO APONTADOS PELO IPHAN COMO EXEMPLO DE DESRESPEITO AO TOMBAMENTO RESPALDADO POR LEI

ca que, em abril, proibiu qualquer ação do GDF contra *puxadinhos* em nove lojas da 204 sul.

O Iphan e o Ministério Público apontam os *puxadinhos* nas quadras comerciais de Brasília como grave agressão ao tombamento, por invadir áreas públicas. E a maioria foi respaldada por uma lei distrital que permitiu avanço de até seis metros. Para frear a proliferação da irregularidade, o Iphan defende que o GDF suspenda a concessão de alvarás precários de funcionamento na área tombada. Dentro de um mês, o governador Joaquim Roriz vai enviar o projeto de lei que trata do assunto para a Câmara Legislativa.

"Esses alvarás provisórios funcionam como mecanismo para tornar definitivo e disfarçar algumas irregularidades urbanísticas.

Deve ser suspensa a emissão de novas autorizações", defende o promotor Paulo Leite. Ele aponta que o GDF, em algumas ações, aparece também como réu por omissão ao permitir as construções comerciais irregulares.

O presidente da Câmara Legislativa, deputado Fábio Barcelos (PFL), afirma que o Legislativo local tem um corpo técnico capacitado para identificar leis que agridem o tombamento. "Toda a iniciativa para enriquecer nosso conhecimento é bem-vinda. Mas tenho certeza que a Câmara tem cometido mais acertos do que erros. Se aprovamos algo que fere o tombamento, é porque estamos representando a vontade da sociedade", pondera. Segundo ele, a Câmara já atuou diversas vezes em prol da preservação.

Estudantes

O outro alvo da campanha de educação patrimonial são arquitetos, estudantes, moradores e comerciantes do Plano Piloto. "Queremos fazer um ABC de Brasília. Uma bula para entender a cidade", diz Vera Ramos. O objetivo é explicar aos moradores, por exemplo, por que uma superquadra não pode ser transformada num condomínio, cercado por grades; por que o pilotis é uma área que não pode ser fechada e deve estar livre para circulação pública. "Vamos usar uma linguagem mais acessível, menos acadêmica. Queremos que todas essas pessoas se tornem fiscais para garantir o respeito ao tombamento", completa a superintendente substituta do Iphan-DF.

Segundo o promotor, é preciso resistir às pressões para alteração do projeto original. "Existe um conflito geracional entre o legado dos que construíram Brasília e os que hoje moram nela. Mas temos de pensar na geração de futura, que terá o direito de viver numa cidade preservada", reforça Paulo Leite.

O representante do arquiteto Oscar Niemeyer em Brasília, Carlos Magalhães, aponta que é necessária uma ação mais enérgica do Iphan para coibir as agressões. "A intenção de fazer a campanha é boa. Mas o Iphan mesmo precisa acreditar mais na sua força, no seu papel, para garantir a preservação. Precisa se constituir como órgão forte. Usar o poder de polícia que tem. Só tentar con-

vencer as pessoas de que é preciso preservar não adianta. Tem de atuar com rigor", critica.

Além do conjunto urbanístico do Plano Piloto de Brasília, também existem no Distrito Federal bens individualmente tombados como, por exemplo, a Catedral Metropolitana de Brasília. Reportagem do Correio, na semana passada, mostrou o abandono dos vitrais. Há 693 buracos na redoma de vidro, que precisa de reforma urgente. Não há dinheiro do Iphan para a restauração, nem no Orçamento do GDF. "A Igreja Católica é tão rica e não cuida da Catedral. Fica pedindo dinheiro. Se dessem para o Bispo Macedo, ele a deixaria novinha bem rápido, sem pedir dinheiro para ninguém", retruca Carlos Magalhães.